



Companhia de Participações em Concessões

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 26 de abril de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Participações em Concessões

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações em Concessões (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações em Concessões em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

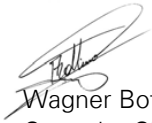
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Companhia de Participações em Concessões

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	123.495	11.286	Fornecedores		866	3.745
Aplicações financeiras	6	42.720	4.787	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	4.180	4.721
Contas a receber - partes relacionadas	8	24.893	31.073	Impostos e contribuições a recolher		6.099	2.207
Mútuos - partes relacionadas	8	2.080	290.324	Parcelas retidas nas aquisições de negócios	13	47.758	46.043
Tributos a recuperar		11.375	7.510	Obrigações sociais e trabalhistas		13.545	28.504
Dividendos a receber		1.157	-	Juros sobre o capital próprio	8	-	52.610
Despesas antecipadas e outros crédito		384	1.830	Outras obrigações		20	7
Total do ativo circulante		<u>206.104</u>	<u>346.810</u>	Total do passivo circulante		<u>72.468</u>	<u>137.837</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Mútuos - partes relacionadas	8	-	1.999	Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	8	-	43.357
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	8	-	171.200	Obrigações sociais e trabalhistas		4.377	5.972
Tributos a recuperar		255	3.824	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	12	205	82
Depósitos judiciais		10	21	Provisão para passivo a descoberto	9c	238.550	300.499
		<u>265</u>	<u>177.044</u>			<u>243.132</u>	<u>349.910</u>
Investimentos				Patrimônio líquido			
Investimentos	9c	5.345.952	4.079.791	Capital social	14a	4.133.239	3.950.154
Imobilizado	10	1.475	6.875	Adiantamento para futuro aumento de capital	14d	244.638	-
Intangível	11	421	13.179	Reserva de capital	14c	48.862	49.819
				Ajuste de avaliação patrimonial	14b	1.076.773	962.729
				Prejuízos acumulados		(264.895)	(826.750)
Total do ativo não circulante		<u>5.348.113</u>	<u>4.276.889</u>			<u>5.238.617</u>	<u>4.135.952</u>
Total do ativo		<u>5.554.217</u>	<u>4.623.699</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.554.217</u>	<u>4.623.699</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	15	157.830	155.879
Custo dos serviços prestados			
Depreciação e amortização	10 e 11	(278)	(452)
Serviços		(5.852)	(2.647)
Custo com pessoal		(99.886)	(75.623)
Materiais, equipamentos e veículos		(319)	(339)
Outros		<u>(2.761)</u>	<u>(1.597)</u>
		<u>(109.096)</u>	<u>(80.658)</u>
Lucro bruto		<u>48.734</u>	<u>75.221</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Depreciação e amortização	10 e 11	(6.585)	(5.738)
Serviços		(31.908)	(34.108)
Despesas com pessoal		(25.981)	(33.599)
Materiais, equipamentos e veículos		(235)	(310)
Gastos com viagens e estadias		(1.029)	(582)
Outros		<u>(4.312)</u>	<u>(3.268)</u>
		<u>(70.050)</u>	<u>(77.605)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	9c	(251.007)	(791.229)
Outras resultados operacionais		51	10
Resultado antes do resultado financeiro		(272.272)	(793.603)
Resultado financeiro	16	<u>13.498</u>	<u>(7.483)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(258.774)	(801.086)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	<u>(6.122)</u>	<u>(4.321)</u>
Prejuízo do exercício		(264.896)	(805.407)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício		(264.896)	(805.407)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste patrimonial - plano de pensão	14b	<u>(317)</u>	<u>133</u>
		<u>(317)</u>	<u>133</u>
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	14b	<u>114.361</u>	<u>437.461</u>
		<u>114.361</u>	<u>437.461</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(150.852)</u>	<u>(367.813)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Transação com Sócios				
Saldos em 1º de janeiro de 2020	4.412.017	(25.822)	49.820	-	525.135	(21.343)	4.939.807
Integralização de capital social em 06 de março de 2020	-	25.822	-	-	-	-	25.822
Ágio na Aquisição de parcela de investimento da ATP 0,005% 31 de março 2020	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Aumento de capital social em 30 de abril de 2020	103.800	-	-	-	-	-	103.800
Aumento de capital social em 27 de maio de 2020	39.559	-	-	-	-	-	39.559
Aumento de capital social em 23 de junho de 2020	19.000	-	-	-	-	-	19.000
Redução de capital social transf.de investimento RS Holding em 01 de outubro de 2020	(617.980)	-	-	-	-	-	(617.980)
Redução de capital social CIIS em 17 de dezembro de 2020	(6.242)	-	-	-	-	-	(6.242)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(805.407)	(805.407)
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	437.594	-	437.594
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.950.154	-	49.819	-	962.729	(826.750)	4.135.952
Ágio na Aquisição de parcela de investimento da AERIS 48,403% 30 de setembro 2018	-	-	(957)	-	-	-	(957)
Aumento de capital social em 13 de abril de 2021	100.902	(434)	-	-	-	-	100.468
Aumento de capital social em 25 de junho de 2021	1.317.000	(1.317.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 23 de julho de 2021	-	705.000	-	-	-	-	705.000
Integralização de capital social em 31 de agosto de 2021	-	434	-	-	-	-	434
Integralização de capital social em 28 de setembro de 2021	-	135.794	-	-	-	-	135.794
Integralização de capital social em 22 de outubro de 2021	-	476.206	-	-	-	-	476.206
Redução de capital através de absorção prejuízos acumulados em 30 de dezembro de 2021	(826.751)	-	-	-	-	826.751	-
Redução de capital através de devolução a acionista CIIS em 30 de dezembro de 2021	(4.081)	-	-	-	-	-	(4.081)
Redução de capital através de transferência acervo líquido da Engelog e EngelogTec para a CCR em 30 de dezembro de 2021	(6.527)	-	-	-	-	-	(6.527)
Redução de capital através de transferência de contratos de mútuos com a Barcas para a CCR em 30 de dezembro de 2021	(397.458)	-	-	-	-	-	(397.458)
Capitalização de créditos oriundos de adiantamento para futuro aumento de capital em 24 de fevereiro de 2022	-	-	-	244.638	-	-	244.638
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(264.896)	(264.896)
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	114.044	-	114.044
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.133.239	-	48.862	244.638	1.076.773	(264.895)	5.238.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(264.896)	(805.407)
Ajustes por:		
Equivalência patrimonial	251.007	791.229
Depreciação e amortização	6.863	6.190
Baixa do ativo imobilizado e intangível	66	20
Juros sobre debêntures e arrendamentos mercantis	-	13.203
Juros e variação monetária com partes relacionadas	(19.859)	(13.744)
Juros e variação monetária das parcelas retida nas aquisições de negócios	3.859	3.821
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	382	1.087
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(6)
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4	10
Rendimento de aplicação financeira	(622)	-
	241.699	801.810
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	(22.486)	13.401
Tributos a recuperar	(4.476)	6.812
Dividendos e juros s/ capital próprio recebidos	7.870	18.272
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos	(458)	(97)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	2.071	(480)
Fornecedores - partes relacionadas	(4.201)	1.473
Impostos e contribuições a recolher	4.989	(159)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(333)	(742)
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas	(263)	(1.647)
Obrigações sociais e trabalhistas	22.264	485
Outras contas a pagar	70	7
	(18.150)	33.728
Caixa líquido (usada nas) proveniente das atividades operacionais	(18.150)	33.728
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em investidas	(1.305.026)	(293.324)
Redução de capital em investidas	1.169	131.449
Aquisição de ativo imobilizado	(2.056)	(590)
Aquisição ao ativo intangível	(5.990)	(5.149)
AFAC - partes relacionadas	-	10
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(37.311)	86.741
Mútuos com partes relacionadas		
Liberação	(87.000)	(165.000)
	(1.436.214)	(245.863)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.436.214)	(245.863)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações (líquidas de custos de transação)	-	(2.718)
Pagamento de juros	-	(13.547)
AFAC - partes relacionadas	249.139	43.357
Integralização de capital	1.317.434	188.181
Redução de capital	-	(6.242)
	1.566.573	209.031
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.566.573	209.031
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	112.209	(3.104)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.286	14.390
No final do exercício	123.495	11.286
	112.209	(3.104)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo - SP.

Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a **Engelog**, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a **Divisão Engelog** e a **Divisão Engelogtec**, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos da Companhia, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Engelog e Engelogtec a sua acionista CCR.

A CPC participa das seguintes empresas:

Participações diretas da CPC

- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto (controlada indireta da CPC), Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- SPCP - Sociedade de Participação em Concessões Ltda.
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC)
- Lam Vias Participações e Concessões S.A. (CCR Lam Vias)
- International Airport Finance, S.A. (IAF)
- Concessionária do Bloco Sul S.A. (Bloco Sul)
- Concessionária do Bloco Central S.A. (Bloco Central)
- Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (Pampulha)

Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada SPAC

- Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport)

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada CCR España Emprendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e sua controlada Corporación Quiport S.A. (Quiport)
- Quito Airport Management S.A. (Quiama) e sua controlada Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador)
- CCR USA Management Inc. (CCR USA) e sua controlada Total Airport Services Inc. (TAS)

Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada CCR España

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- CCR Costa Rica Emprendimientos (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto (controladas da CCR España), Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)
- SJO Holding Ltd. (SJO), sua controlada (controlada da CCR España), CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A. (CCR Costa Rica Concesiones), e suas controladas em conjunto (Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL, Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL e Terminal Aerea General AAH SRL) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A.(Aeris). Além disso, sua controlada em conjunto IBSA Bancnat (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)

Concessões

Veja a seguir mais detalhes das concessões:

CCR Barcas (Barcas) e ATP: A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até 12 de fevereiro de 2023. A CPC detém 80% do capital social dessa concessionária.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

Aeroporto Internacional de Quito, no Equador: A CCR España Emprendimientos subsidiária integral da CPC é uma empresa com sede em Madrid, na Espanha, que tem por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 100% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 46,50% no capital social da Corporación Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings é uma empresa localizada no Uruguai, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, encerrando-se em 27 de janeiro de 2041. O início das operações no NQIA ocorreu em 20 de fevereiro de 2013.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além das empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades e 100% da Alba Participations, sendo que esta não possui operações. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito, no Equador.

Em 13 de dezembro de 2015, a CPC, por meio da CCR España Emprendimientos, adquiriu 50% das ações da Quito Airport Management QUIAMA Ltd. (Quiama BVI), empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que por sua vez detém 100% da Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador), empresa operadora do Aeroporto Internacional de Quito.

Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica: A controlada da CPC, através da CCR España, detém indiretamente, aproximadamente 97,15% das ações da Aeris. Referida participação decorre da participação de 100% na CCR Costa Rica e de 99,29% na SJO Holdings, as quais, em conjunto, detém participação direta de 100% (50% para cada uma) na Aeropuertos, na Desarrollos e na Terminal, sendo que estas detém 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

Além das empresas acima, a CPC detém participação 99,64% de participação indireta na IBSA BVI, através de participação direta de 100% na Green Airports e indireta de 99,29% na CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A. (através da participação na SJO Holdings). Tais investidas, que estão localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, detém participação de 100% na IBSA BVI, sendo que esta detém participação de 100% na IBSA Finance, a qual está localizada em Barbados. As empresas têm como objeto social a participação em outras sociedades.

A CCR Costa Rica, a Aeropuertos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até 5 de maio de 2026.

Aeroporto Internacional de Curaçao: Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA. A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP. Em 12 de junho de 2013, a CCR España adquiriu diretamente, participação adicional de 39% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE atualmente não possui operações e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até 2 de agosto de 2033.

CCR Metrô Bahia (Metrô Bahia): Em 15 de outubro de 2013, o Metrô Bahia assinou contrato para a exploração de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, para implantação e operação do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão tem prazo de 30 anos, até 14 de outubro de 2043 e a CCR detém, diretamente e indiretamente, 100% do capital social dessa concessionária.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de dezembro de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 9 com objeto de: (i) incluir no contrato de concessão de atribuição de responsabilidade concessionária sobre as atividades de interface e integração da implantação do Tramo 3 da Linha 1 com a infraestrutura já existente do Metrô; em razão desta inclusão; (ii) estabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em valor histórico de cerca de R\$ 6,2 milhões, a ser pago na forma de contraprestações públicas trimestrais; (iii) redefinir as diretrizes de implantação da saída do Terminal de integração Pirajá e o valor da contraprestação pública correspondente; e (iv) incluir a possibilidade de o Poder Concedente solicitar à concessionária estudos relacionados ao Metrô, que poderão resultar em investimentos adicionais e, portanto, poderão ser incorporados ao contrato de concessão, a critério do Poder Concedente.

CCR MSVia (MSVia): Em 20 de dezembro de 2013, a CPC foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (lote 6). Com essa conquista, a empresa é responsável por mais 847,2 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai) até Sonora/Pedro Gomes, na divisa com o Estado do Mato Grosso. O prazo de concessão é de 30 anos, até 10 de abril de 2044, a partir da data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, que ocorreu em 11 de abril de 2014.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do Termo Aditivo, haverá diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a MSVia permanecerá operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto nº 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

A concessionária contratou em favor da ANTT, Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 175.000, a preços de maio de 2012 ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente a concessionária fica obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste Termo Aditivo e em seus anexos; (ii) observar o prazo de vigência do Termo Aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao contrato de concessão originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

BH Airport: Em 22 de janeiro de 2014, foi constituída a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), responsável pela ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, situado nos municípios de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais. O contrato de concessão foi assinado em 7 de abril de 2014 e a concessão tem prazo de 30 anos, até 7 de maio de 2044. Em 12 de agosto de 2014, a concessionária iniciou a operação assistida no Aeroporto pelo período de 3 meses, conforme previsto no contrato de concessão e, em 12 de janeiro de 2015, iniciou-se a operação plena do aeroporto. A CPC detém 38,25% de participação indireta na concessionária, através de sua participação de 75% no capital social de sua controlada SPAC, que detém 51% da BH Airport.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 ao contrato de concessão, tendo como objeto a alteração pontual do anexo 5 para permitir a revisão, em 2021, dos valores estimados para custos e despesas do Fluxo de Caixa Marginal, conforme os valores realizados em 2020, em consonância com a Decisão nº 216/2020 da ANAC, que deferiu o pleito de reequilíbrio contratual apresentado pela BH Airport, em razão dos impactos econômicos decorrentes do COVID-19 para o setor de concessões aeroportuárias no ano de 2020.

Bloco Sul: Em 20 de maio de 2021, foi constituída a Concessionária do Bloco Sul S.A., a qual é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, em Bacacheri/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS. O contrato de concessão foi assinado em 20 de outubro de 2021 e a concessão tem prazo de 30 anos, até 26 de janeiro de 2052.

Bloco Central: Em 20 de maio de 2021, foi constituída a Concessionária do Bloco Central S.A., a qual é responsável pela ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Santa Genoveva (SBGO) em Goiânia/GO, Marechal Cunha Machado (SBSL) em São Luís do Maranhão/MA, Senador Petrônio Portella (SBTE) em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ) em Palmas/TO, Senador Nilo Coelho (SBPL) em Petrolina/PE e Prefeito Renato Moreira (SBIZ) em Imperatriz/MA. O contrato de concessão foi assinado em 18 de outubro de 2021 e a concessão tem prazo de 30 anos, até 26 de janeiro de 2052.

Pampulha: Em 28 de outubro de 2021, foi constituída a Concessionária do Aeroporto de Pampulha S.A., a qual é responsável pela prestação do serviço de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (SBBH) - Aeroporto da Pampulha. O contrato de concessão foi assinado em 21 de janeiro de 2022 e a concessão tem prazo de 30 anos.

Outras empresas

SPCP: Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. Em 1º de outubro de 2021, houve a transformação do tipo jurídico da investida para Sociedade Limitada, sob a denominação de Sociedade de Participações em Concessões Ltda.

CCR España Concesiones (CCR España) e CCR España Emprendimientos: As empresas têm suas sedes em Madrid, na Espanha e têm por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha ou no exterior, diretamente, indiretamente ou por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CCR, por meio da CPC, detém 100% do capital social das empresas.

MTH: A empresa, com sede em Amsterdã, na Holanda, tem como principal objeto social a aquisição, a alienação, a importação, a exportação e o arrendamento mercantil de embarcações para o transporte marítimo regular de passageiros, equipamentos e outros ativos. A CCR España detém 100% do capital social da MTH, a qual foi constituída em 6 de setembro de 2012.

CCR USA e TAS: A CCR USA, constituída em 30 de setembro de 2015, e com sede na cidade de Dover (Delaware), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades e sua controlada TAS, com sede na cidade de Phoenix (Arizona), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a prestação de serviços de gerenciamento e administração relacionados a atividades em aeroportos.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CCR Lam Vias (Lam Vias): Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de concessões rodoviárias no Brasil (exceto Estado de São Paulo) e América Latina.

CCR Mobilidade: Constituída em 21 de novembro de 2017, tinha como objetivo atuar como *holding* de Mobilidade Urbana no Brasil e no exterior. Em 3 de novembro de 2021, ocorreu sua extinção.

International Airport Finance S.A. (IAF): A empresa, com sede em Madri, na Espanha, tem como objeto social emitir títulos de dívida no mercado internacional de capitais e aplicar os recursos captados líquidos de despesas para financiar todo tipo de infraestrutura na América-Latina. A Companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2019.

Outras informações

As concessões da Companhia consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações, com exceção de parte dos bens da Barcas. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão das investidas da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão das investidas da Companhia poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias investidas da Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia e suas investidas.
- Em 13 de maio de 2021, o BNDES aprovou ao Metrô Bahia a renovação do *standstill*, suspendendo o pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de maio de 2021 e 15 de outubro de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

- Controladas em conjunto

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

c) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Operações no exterior

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

A Companhia também auferir receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controladora CCR a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Ativos intangíveis

A Companhia possui o seguinte ativo intangível:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados e em andamento.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão das investidas, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

- Plano de benefício definido

O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas atuariais.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

o) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento

a) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Em 26 de abril de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

12 Provisão para riscos trabalhistas

17 Instrumentos financeiros

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário – (CDI) relativos as aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n^{os} 6, 8 e 17.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Parcelas retidas nas aquisições de negócios	47.758	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	4.180	-
Fornecedores e outras contas a pagar	886	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	-	244.638

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	6.572	109
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	116.923	11.177
Total - Caixa e equivalente de caixa	<u><u>123.495</u></u>	<u><u>11.286</u></u>

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	42.720	4.787
Total - Aplicações financeiras	<u><u>42.720</u></u>	<u><u>4.787</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (97,11% do CDI, equivalente a 2,69% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Imposto de renda e contribuição social

• **Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(258.774)	(801.086)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	87.983	272.369
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(85.342)	(269.018)
Despesas indedutíveis	(267)	(218)
Remuneração variável de dirigentes e estatutários	(658)	(2.456)
Lucros auferidos no exterior	(5.226)	(4.828)
Incentivos relativos ao imposto de renda	270	150
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(2.904)	(342)
Outros	<u>22</u>	<u>22</u>
Impostos correntes	<u><u>(6.122)</u></u>	<u><u>(4.321)</u></u>
Alíquota efetiva de impostos	<u><u>-2,37%</u></u>	<u><u>-0,54%</u></u>

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais R\$ 181.945 e bases negativas R\$ 200.104, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido de (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 63.496 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 66.245 em 31 de dezembro de 2020).

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações				Saldos			
	2021				2021			
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas		Despesas financeiras	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido
Receitas brutas		Receitas financeiras	Contas a receber		Mútuos	Fornecedores, contas a pagar e parcelas retidas na aquisição de negócio	AFAC	
Controladora								
CCR	2.607 (b)(c)	284 (a)	-	-	1.803 (a)(c)	-	(a)(c)	242.192 (f)
CIIS	-	-	-	-	-	-	35 (j)	2.446 (f)
Controladas							4,081	
Barcas	-	2.466 (a)	16.548 (c)	-	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	4.576 (a)	-	-	-	-	-	-
SPVias	-	10.473 (a)	-	-	-	-	-	-
MSVia	-	5.583 (a)	-	-	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Renovias	-	314 (a)	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CPA	-	-	96 (h)	-	-	2.080 (d)	-	-
Infra SP	280 (e)	-	-	-	-	-	-	-
CCR Lam Vias	970 (e)	-	-	-	-	-	-	-
ViaLagos	283 (e)	4.337 (a)	-	-	-	-	-	-
NovaDutra	131 (e)	17.659 (a)	-	-	-	-	-	-
Coper	-	674 (a)	-	-	-	-	-	-
Cor	-	66 (a)	-	-	-	-	-	-
Rodonorte	-	13.745 (a)	-	-	-	-	-	-
AutoBAn	3.176	39.003 (a)	-	-	-	-	-	-
ViaOeste	-	26.356 (a)	-	-	-	-	- (e)	-
ViaQuatro	-	5.077 (a)	-	-	-	-	12	-
RodoAnel Oeste	-	11.676 (a)	-	-	-	-	-	-
BH Airport	1 (e)	6.829 (a)	-	-	-	-	- (e)	-
Samm	-	287 (a)	-	-	-	-	1	-
ViaRio	-	2.255 (a)	-	-	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	783 (a)	-	-	-	-	-	-
Toronto	-	330 (a)	-	-	-	-	-	-
ViaSul	521 (e)	6.459 (a)	-	-	-	-	-	-
ViaCosteira	-	6.527 (a)	-	-	-	-	-	-
Bloco Sul	2.921 (e) (k)	-	-	-	3.143 (b) (e) (k)	-	- (e)	-
Bloco Central	684 (e) (k)	-	-	-	857 (b) (e) (k)	-	46 (e)	-
CPC Pampulha	551 (k)	-	-	-	551 (k)	-	5	-
TAS	-	1.510 (a)	63 (h)	39 (h)	-	-	-	-
Corporacion Quiport	-	988 (a)	129 (h)	86 (h)	-	-	-	-
CAP	-	519 (a)	144 (h)	73 (h)	-	-	-	-
Aeris Holding	-	7.637 (a)	2.879 (h)	1.899 (h)	18.539 (a)	-	-	-
Rodomar Administ e Partic LTDA	-	-	-	100 (j)	-	-	- (g)	-
Auto Viaçao 1001 Ltda	-	-	-	1.615 (i)	-	-	2.776 (g)	-
HAS Development Corp.	-	-	-	47 (h)	-	-	44.982	-
Mundinvest	2.065 (l)	-	-	-	-	-	-	-
Total	14.190	176.413	19.859	3.859	24.893	2.080	51.938	244.638

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações			Saldos					
	2020			2020					
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas		Despesas financeiras	Ativo		Passivo		
Receitas brutas		Receitas financeiras	Contas a receber		Mútuos	AFAC	Fornecedores, contas a pagar e parcelas retidas na aquisição de negócio	Juros sobre capital próprio	
Controladora									
CCR	1.099 (b)	272 (a)	-	-	183 (a)(e)	-	43.357 (f)	920 (a)(e)	52.084 (m)
CIIS	-	-	-	-	31 (e)	-	-	18 (e)	526 (m)
Controladas									
Barcas	-	3.146 (a)	8.440 (c)	-	916 (a)(e)	290.324 (c)	-	-	-
Metrô Bahia	-	4.935 (a)	-	-	343 (a)(e)	-	-	193 (e)	-
SPVias	-	7.225 (a)	-	-	601 (a)(e)	-	-	4 (e)	-
MSVía	-	6.909 (a)	-	-	561 (a)(e)	-	-	-	-
Controlada em conjunto									
Renovias	-	299 (a)	-	-	50 (a)(e)	-	-	5 (e)	-
Outras partes relacionadas									
CPA	-	-	59 (d)	-	-	1.999 (d)	-	-	-
Infra SP	-	-	-	-	38 (e)	-	-	125 (e)	-
CCR Lam Vias	-	-	-	-	39 (e)	-	-	2.131 (e)	-
ViaLagos	-	3.127 (a)	-	-	301 (a)	-	-	271 (e)	-
NovaDutra	-	19.483 (a)	-	-	1.557 (a)(e)	-	-	162 (e)	-
Coper	-	3.887 (a)	-	-	304 (a)	-	-	-	-
Cor	-	66 (a)	-	-	5 (a)	-	-	-	-
Rodonorte	-	12.245 (a)	-	-	1.339 (a)	-	-	15 (e)	-
AutoBAn	3.196	42.396 (a)	-	-	4.217 (a)(e)	-	-	307 (e)	-
ViaOeste	-	31.874 (a)	-	-	2.663 (a)(e)	-	-	121 (e)	-
ViaQuatro	-	4.383 (a)	-	-	1.111 (a)(e)	-	-	59 (e)	-
RodoAnel Oeste	-	2.280 (a)	-	-	151 (a)	-	-	-	-
BH Airport	-	7.628 (a)	-	-	605 (a)(e)	-	-	2 (e)	-
Samm	-	275 (a)	-	-	2 (e)	-	-	1 (e)	-
ViaRio	-	2.158 (a)	-	-	169 (a)	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	1.611 (a)	-	-	712 (e)	-	-	29 (e)	-
Toronto	-	295 (a)	-	-	23 (a)	-	-	-	-
ViaSul	-	5.892 (a)	-	-	645 (a)(e)	-	-	358 (e)	-
Metro Linha 15	-	-	-	-	276 (e)	-	-	-	-
ViaCosteira	-	2.378 (a)	-	-	454 (a)	-	-	-	-
TAS	-	3.670 (a)	168 (h)	80 (h)	-	-	-	-	-
Corporacion Quiport	-	967 (a)	138 (h)	110 (h)	993 (a)	-	-	-	-
Alba Concessions	-	-	-	621 (h)	-	-	-	-	-
CAP	-	658 (a)	96 (h)	74 (h)	506 (a)	-	-	-	-
Aeris Holding	-	6.294 (a)	4.843 (h)	1.880 (h)	12.278 (a)	-	-	-	-
Rodomar Administ e Partic LTDA	-	-	-	61 (i)	-	-	-	2.676 (g)	-
Auto Viaçao 1001 Ltda	-	-	-	995 (i)	-	-	-	43.367 (g)	-
Total	4.295	174.353	13.744	3.821	31.073	292.323	43.357	50.764	52.610

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração (n)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	6.136	4.956
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	4.398	554
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	2.114	1.641
Previdência privada	239	204
Seguro de vida	11	9
	12.898	7.364

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (n)	4.866	835

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 09 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R\$ 8.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável paga no ano e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativos nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS (*Global Business Services*), cujos vencimentos se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contratos de mútuo firmados a partir de 04 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, 3 contratos remunerados a 127,9% do CDI, com vencimento em 31 de janeiro de 2020 e prorrogado para 31 de dezembro de 2021, transferidos a CCR em 30 de dezembro de 2021 como parte dos pagamentos de redução de capital da Companhia;
- (d) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 100% do CDI. O vencimento do contrato será em 31 de dezembro de 2022;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (f) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (g) Refere-se à parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;
- (h) Variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas com moedas funcionais diferentes;
- (i) Atualização financeira da parcela retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (j) Valores a receber relativos à redução de capital da investida aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2021;
- (k) Refere-se a repasse via nota de débito dos custos com o do leilão da B3, que a princípio haviam sido assumidos pela Companhia;
- (l) Contrato de prestação de serviço para consultoria financeira;
- (m) Refere-se a juros sobre capital próprio a ser pago para a CCR e CIIS; e
- (n) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração.

9. Investimentos

a) Investimentos em controladas

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			2021	2020
SPCP	Holding	Brasil (SP)	34,42%	34,42%
Barcas	Concessão aquaviária	Brasil (RJ)	80,00%	80,00%
Metrô Bahia	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (BA)	100,00%	100,00%
SPAC	Holding	Brasil (MG)	75,00%	75,00%
MSVia	Concessão rodoviária	Brasil (MS)	100,00%	100,00%
CCR Espanha	Holding	Espanha	100,00%	100,00%
CCR Espanha Emprendimientos	Holding	Espanha	100,00%	100,00%
Alba Concessions	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	100,00%	100,00%
Alba Participations	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	100,00%	100,00%
Green Airports	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	100,00%	100,00%
Lam Vias	Holding	Brasil (SP)	99,99%	99,99%
Mobilidade (a)	Holding	Brasil (SP)	-	99,99%
IAF	Holding	Espanha	46,50%	46,50%
ViaSul (b)	Concessão rodoviária	Brasil (SC)	-	100,00%
RS Holding (b)	Holding	Brasil (SP)	-	100,00%
Bloco Sul	Concessão aeroportuária	Brasil (PR/RS/SC)	100,00%	-
Bloco Central	Concessão aeroportuária	Brasil (GO/MA/PI/PE/TO)	100,00%	-
Pampulha	Concessão aeroportuária	Brasil (MG)	100,00%	-

(a) Empresa encerrada em 03 de novembro de 2021.

(b) A partir de maio de 2020, a ViaSul passou a ser controlada direta pela RS Holding. Em 01 de outubro de 2020 ocorreu reestruturação societária e a RS Holding passou a ser controlada direta da CCR S.A.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Alba Concessions	(1)	7.537	-	7.535	(1.633)	(32)	(1.631)	(32)
Alba Participations	(1)	1.604	-	1.606	(3)	(78)	(4)	(78)
Bloco Central	272.536	-	272.536	-	(7.474)	-	(7.474)	-
Bloco Sul	966.816	-	966.816	-	(28.194)	-	(28.194)	-
Barcas	(285.058)	(375.622)	(228.048)	(300.499)	(123.436)	(133.082)	(98.749)	(106.466)
Barcas (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	1.254	2.327	-	-	(1.073)	(1.076)
CCR Espanha	323.922	436.339	320.942	429.115	(135.033)	(280.620)	(129.831)	(283.333)
CCR Espanha Empreendimentos	1.071.310	974.587	1.071.310	972.475	23.303	(85.012)	25.415	(85.586)
CCR Espanha Empreendimentos (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	32.922	40.257	-	-	(7.335)	(2.003)
Green Airports	252.690	220.999	252.690	220.999	14.858	14.088	14.858	14.088
Green Airports (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	3.944	4.202	-	-	(258)	(776)
IAF	26.609	21.499	12.373	9.995	3.368	9.690	1.566	4.506
Lam Vias	5.512	3.054	5.511	3.052	(27.542)	(22.434)	(27.537)	(22.432)
Metrô Bahia	1.749.056	1.594.063	1.744.558	1.589.662	156.150	22.230	156.053	21.753
Mobilidade	-	1.512	-	1.511	-	(119)	(342)	(119)
MSVia	523.454	594.298	522.246	592.901	(70.844)	(353.467)	(70.655)	(353.622)
Pampulha	10	-	10	-	-	-	-	-
RS Holding	-	-	-	-	-	-	-	32.080
SPAC	(12.823)	87.454	(10.502)	64.665	(100.277)	(66.476)	(75.167)	(49.817)
SPCP	403.399	405.285	138.840	139.489	(1.886)	(90)	(649)	(31)
ViaSul	-	-	-	-	-	-	-	41.715
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	<u>5.297.431</u>	<u>3.972.609</u>	<u>5.107.402</u>	<u>3.779.292</u>	<u>(298.643)</u>	<u>(895.402)</u>	<u>(251.007)</u>	<u>(791.229)</u>

c) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição de participação	Aumento (redução) de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	2020				2021		
Alba Concessions	7.535	(1.631)	-	-	(6.218)	314	-
Alba Participations	1.606	(4)	-	-	(1.652)	50	-
Barcas	(300.499)	(98.749)	-	171.200	-	-	(228.048)
Barcas (Dir. concessão gerado na aquisição)	2.327	(1.073)	-	-	-	-	1.254
Bloco Central	-	(7.474)	-	280.010	-	-	272.536
Bloco Sul	-	(28.194)	-	995.010	-	-	966.816
CCR Espanha	429.115	(129.831)	(957)	-	-	22.615	320.942
CCR Espanha Empreendimentos	972.475	25.415	-	-	-	73.420	1.071.310
CCR Espanha Empreendimentos (Dir. concessão gerado na aquisição)	40.257	(7.335)	-	-	-	-	32.922
Green Airports	220.999	14.858	-	-	-	16.833	252.690
Green Airports (Dir. concessão gerado na aquisição)	4.202	(258)	-	-	-	-	3.944
IAF	9.995	1.566	-	-	-	812	12.373
Lam Vias	3.052	(27.537)	-	29.996	-	-	5.511
Metrô Bahia	1.589.662	156.053	-	-	(1.157)	-	1.744.558
Mobilidade	1.511	(342)	-	(1.169)	-	-	-
MSVia	592.901	(70.655)	-	-	-	-	522.246
Pampulha	-	-	-	10	-	-	10
SPAC	64.665	(75.167)	-	-	-	-	(10.502)
SPCP	139.489	(649)	-	-	-	-	138.840
Total	<u>3.779.292</u>	<u>(251.007)</u>	<u>(957)</u>	<u>1.475.057</u>	<u>(9.027)</u>	<u>114.044</u>	<u>5.107.402</u>

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Informações financeiras resumidas das controladas

	2021				2020			
	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Alba Concessions	1	2	-	(1.633)	7.537	-	-	(32)
Alba Participations	-	1	-	(3)	1.605	1	-	(78)
Barcas	214.861	499.919	52.645	(123.436)	239.386	615.008	56.185	(133.082)
Bloco Central	892.582	620.046	745	(7.474)	-	-	-	-
Bloco Sul	2.814.809	1.847.993	1.093	(28.194)	-	-	-	-
CCR España	463.054	139.132	-	(135.033)	521.121	84.782	-	(280.620)
CCR España Emprendimientos	1.072.052	742	-	23.303	975.514	927	-	(85.012)
Lam Vias	5.515	3	-	(27.542)	11.223	8.169	-	(22.434)
Mobilidade	(a)	(a)	(a)	(a)	4.052	2.540	-	(119)
Green Airports	254.044	1.354	-	14.858	222.258	1.259	-	14.088
ATP	-	-	-	-	3.460	17.704	4.544	(6.559)
Metrô Bahia	5.673.781	3.924.725	948.276	156.150	5.354.997	3.760.934	667.726	22.230
MSVia	1.573.489	1.050.035	429.353	(70.844)	1.715.245	1.120.947	337.831	(353.467)
Pampulha	561	551	-	-	-	-	-	-
SPAC	91	12.914	-	(100.277)	87.462	8	-	(66.476)
SPCP	403.967	568	-	(1.886)	405.299	14	-	(90)
Total	13.368.807	8.097.985	1.432.112	(302.011)	9.549.159	5.612.293	1.066.286	(911.651)

(a) Em 03 de novembro de 2021 a empresa foi encerrada.

e) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

a) Barcas

- i. Ação de rescisão de contrato de concessão (com pedido de concessão de tutela de urgência), processo nº 0431063-14.2016.8.19.0001**, ajuizada pela Barcas pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão de Serviços Públicos de Transporte Aquaviário de Passageiros, Cargas e Veículos no Estado do Rio de Janeiro firmado originariamente entre a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos.

Em 8 de outubro de 2018, foi proferida decisão deferindo o pedido de Barcas para determinar que a AGETRANSP e o Estado do Rio de Janeiro, no prazo de vinte dias, auxiliassem a concessionária a readequar e reorganizar os horários e linhas de viagem deficitárias no intuito de reduzir eventual prejuízo mensal.

Em 18 de janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro e a AGETRANSP interpuseram agravo de instrumento. Em 10 de setembro de 2019, o recurso de agravo de instrumento foi conhecido, porém teve seu provimento negado, determinando o TJRJ que o Estado do Rio de Janeiro promova a readequação e reorganização dos horários e linhas de viagens deficitárias operadas pela autora, cuja decisão transitou em julgado.

Em 1ª instância, foi apresentada réplica e, posteriormente, foram definidas determinadas medidas mitigadoras dos prejuízos recorrentes assumidos pela concessionária, sendo que, posteriormente, foi acordada em juízo a suspensão da tramitação da ação judicial com o objetivo de se iniciar processo de negociação visando encontrar uma solução global para o contrato de concessão.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de fevereiro de 2020, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro interpôs agravo de instrumento em face da decisão de 1ª instância que permitiu as medidas mitigadoras por meio da implementação de nova grade de horários das viagens das embarcações. Em 30 de novembro de 2021, foi proferido acórdão declinando a competência para a 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Em 17 de dezembro de 2021, foram opostos embargos de declaração por Barcas, os quais aguardam julgamento. Esse recurso ainda se encontra pendente de julgamento.

Em 21 de fevereiro de 2020, foi apresentada petição conjunta entre a concessionária e o Estado do Rio de Janeiro juntando o Memorando de Entendimentos e o Termo de Compromisso firmado e requerendo a suspensão da ação pelo prazo de 30 dias. Em 21 de abril de 2020, foi proferida decisão saneando o processo, não tendo homologado o pedido conjunto de suspensão do processo e o acordo celebrado entre as partes, e determinando a manifestação das partes em relação à produção de provas.

Em 28 de abril de 2020, a Barcas apresentou pedido de reconsideração à decisão que não homologou o termo de compromisso e, na mesma oportunidade, foi reiterado o pedido de suspensão do processo.

Em 8 de maio de 2020, a concessionária opôs embargos de declaração em face da decisão saneadora, a qual indicou que a discussão estaria limitada à existência de prejuízos da Barcas no curso da execução do contrato de concessão, que foi rejeitado. Em face da decisão saneadora, foram interpostos agravos de instrumento. Em 29 de novembro de 2021, foi proferido despacho no agravo de Barcas determinando que se aguarde o julgamento do agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público contra a decisão que negou o seu pedido de suspensão do processo para se que possa dar continuidade ao julgamento do recurso.

Em 7 de julho de 2020, a Barcas protocolizou petição reiterando o seu pedido de produção de prova pericial econômico-financeira, além de prova documental suplementar. Em 15 de setembro de 2020, foi proferida decisão determinando que se aguarde o julgamento dos agravos de instrumento interpostos contra a decisão saneadora para o prosseguimento da ação de rescisão. Em 9 de dezembro de 2020, o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público não foi conhecido. Em 13 de julho de 2021, o Ministério Público opôs embargos de declaração contra o acórdão, em face do qual Barcas apresentou resposta. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração do Ministério Público.

Em 21 de junho de 2021, o agravo de instrumento interposto pela Defensoria Pública, nos autos da ação civil pública que discute alterações na grade de horários com o objetivo de reunir, novamente, a ação de rescisão e a referida ação civil pública, foi incluído em pauta de julgamento, tendo sido conhecido e parcialmente provido, especialmente, para determinar que a ação de rescisão e a ação civil pública sejam reunidas, bem como para afastar a possibilidade de a Defensoria peticionar na ação de rescisão.

Em 9 de julho de 2021, a Barcas opôs embargos de declaração em face dessa decisão, que aguarda julgamento. Em 1º de outubro de 2021, no âmbito da ação de rescisão, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até que os recursos de agravos de instrumento sejam julgados.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ii. **Ação Civil Pública nº 0000838-96.2004.8.19.0001 (antigo nº 2004.001.000961-5)**, proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Barcas e a realização de novo procedimento licitatório.

Em 15 de outubro de 2015, foi prolatada sentença julgando improcedente a ação. Em 9 de maio de 2017, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) deu provimento ao recurso de apelação do MP/RJ para decretar a anulação do contrato de concessão. Barcas e o Estado do Rio de Janeiro opuseram embargos de declaração contra o acórdão da apelação, que foram providos parcialmente, em 28 de julho de 2017, para sanar a omissão e afastar a prescrição alegada pelas partes. Em 4 de agosto de 2017, Barcas opôs novos embargos de declaração que foram rejeitados.

Em 24 de janeiro de 2018, a Barcas apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardavam juízo de admissibilidade. O recurso especial da Barcas foi admitido pela 3ª vice-presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e posteriormente em 30 de novembro de 2018, remetido para a 2ª turma do STJ, onde aguarda julgamento.

- iii. **Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001**, ajuizada por Fernando Otávio de Freitas Peregrino em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido.

Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos para (i) declarar nulos os decretos estaduais nº 43.441/2012 e 42.897/2012, mantidos os reajustes para reposições inflacionárias verificadas entre o aumento anterior e o ora impugnado, retornando-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada; (ii) declarar nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, quais sejam, maiores de 65 anos, detentores de passe especial, portadores de doenças crônicas que exijam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, deficientes com dificuldade de locomoção e acompanhantes; e (iii) condenar a Barcas a ressarcir aos cofres do Estado do Rio de Janeiro os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já eram previstas à época da celebração do contrato, tudo a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Contra a sentença foram opostos embargos de declaração pela Barcas, os quais foram parcialmente acolhidos para excluir da sentença a declaração de nulidade do decreto nº 42.897 e a consequente condenação da Barcas de ressarcir ao Estado do Rio de Janeiro os valores de ICMS relativos ao referido decreto, por ter sido tal pleito excluído dos pedidos inicialmente deduzidos.

As rés Barcas, CCR e CPC interpuseram recursos de apelação, cujo julgamento teve início em 29 de novembro de 2017, tendo os desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após apreciar as questões preliminares, determinado a suspensão do julgamento do mérito dos recursos até a eventual celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), à época objeto de tratativas nos autos da ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contra a parte do julgamento que apreciou as questões preliminares, foram opostos embargos de declaração pelas rés Barcas, CCR e CPC, os quais foram julgados em 28 de março de 2018, tendo sido acolhidos para eliminar da sentença o capítulo que declarou nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, mantendo a ordem de suspensão do processo até eventual celebração de TAC na ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001.

Apesar de ter havido o encerramento da ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001 antes da celebração do referido TAC, o julgamento do processo permanece suspenso, porém agora no aguardo da conclusão do julgamento da ação civil pública nº 0000838-96.2004.8.19.0001.

b) MSVia

i. Revisão contratual extraordinária

Em 6 de abril de 2017, a MSVia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à MSVia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 3 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à MSVia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do contrato de concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela MSVia seriam riscos que teriam sido, no contrato de concessão, alocados à MSVia.

Dessa forma, não restou outra opção à MSVia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a MSVia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do contrato de concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do contrato de concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a MSVia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a MSVia apresentou sua manifestação em 4 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 5 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido. Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a MSVia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo a suspensão da aplicação do Fator D.

Em 29 de julho de 2019, a MSVia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a concessionária para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do Fator D.

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela MSVia. Em 26 de setembro de 2019, a concessionária interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 6 de novembro de 2019, a MSVia interpôs agravo interno. Em 4 de dezembro de 2019, a MSVia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral, razão pela qual desistiu do recurso.

Em 20 de dezembro de 2019, a União protocolizou petição comunicando que deixou de apresentar contrarrazões ao agravo interno, tendo em vista a desistência recursal da parte adversa.

Em 1ª instância, a MSVia apresentou réplica, em 15 de outubro de 2019, e o processo segue na fase de instrução.

Em 5 de março de 2020, o Ministério Público Federal apresentou petição para requerer vista dos autos para análise de possível interesse em intervir no feito. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela MSVia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão ou, na remota hipótese de assim não se entender, reiterando as provas que pretende produzir. Em 20 de maio de 2020, foi certificado o decurso do prazo para manifestação da ANTT sobre provas.

No âmbito administrativo, o procedimento que tem por objeto a revisão ordinária, a revisão extraordinária e o reajuste tarifário, por meio da deliberação da ANTT nº 1025/2019, em 26 de novembro de 2019, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS, motivo que ensejou a ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar (processo nº 1039786-87.2019.4.01.3400).

Em 27 de julho de 2020, foi proferida decisão que deferiu a suspensão do feito por 6 meses ou, em qualquer caso, até o término do processo da arbitragem. Em 12 de agosto de 2020, o Ministério Público tomou ciência desta decisão.

Em 4 de novembro de 2021, terminou o prazo de suspensão processual. Aguarda-se a intimação das partes para se manifestarem a respeito do prosseguimento do processo ou novo pedido de suspensão.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da deliberação nº 1025/2019 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo nº 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a MSVia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da deliberação nº 1025/2019, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e celebração da Ata de Missão, foram apresentadas, pela MSVia suas alegações iniciais em 17 de agosto de 2020. Em 19 de outubro de 2020, foram apresentadas as respostas da União e ANTT às alegações iniciais.

A MSVia apresentou sua réplica em 19 de novembro de 2020. Em 21 de dezembro de 2020, a União e ANTT apresentaram tréplica. Em 8 de março de 2021, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral. Em 23 de abril de 2021, foi proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à MSVia.

Em 27 de abril de 2021, a ANTT apresentou pedido de esclarecimentos em face dessa decisão, o qual encontra-se pendente de apreciação. Em 25 de maio de 2021, a MSVia apresentou resposta ao pedido de esclarecimento da ANTT. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes.

Em 15 de julho de 2021, o Tribunal Arbitral negou provimento ao pedido de esclarecimento da ANTT, concedendo o prazo até o dia 30 de julho de 2021 para que as partes apresentem manifestação, especificando as provas que pretendem produzir, o que foi cumprido na arbitragem, tendo sido apresentada manifestação por ambas as partes. Em 3 de setembro de 2021, a ANTT solicitou ao Tribunal Arbitral a bifurcação do procedimento arbitral e, consequentemente, a imediata prolação de sentença parcial, previamente à produção de eventual prova técnica. Em 4 de outubro de 2021, a MSVia apresentou manifestação se insurgindo contra a manifestação da ANTT e requerendo o início da fase de instrução. Em 30 de novembro de 2021, o Tribunal Arbitral indeferiu o pedido de bifurcação do procedimento requerido pela ANTT e, ato contínuo, foi determinada a realização de perícia para os pleitos objeto do procedimento arbitral. Aguarda-se o início da perícia.

iii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a MSVia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da lei nº 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do decreto federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites relativos à devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI nº 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto nº 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da MSVia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contempla garantias por parte da MSVia, descritos na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

A vigência do 1º Termo Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto nº 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Aguarda-se a assinatura do 2º Termo Aditivo pelos Diretores da ANTT.

iv. Ação de Nulidade de Sentença Arbitral

Em 11 de outubro de 2021, a ANTT ajuizou a ação declaratória de nulidade de sentença arbitral parcial com pedido de tutela antecipada em face da MSVia para que seja determinada a exclusão liminar dos pedidos elencados do Procedimento Arbitral nº 24957/GSS/PFF, afastando o teor da decisão da ordem procedimental nº 4, integrada pela decisão do pedido de esclarecimentos. Em 8 de dezembro de 2021, a ANTT protocolizou petição requerendo a desistência da demanda, antes da citação da MSVia, a fim de que o feito seja extinto sem resolução do mérito. Aguarda-se a homologação do pedido de desistência.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras das investidas não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto o processo de relicitação da MSVia citado no item iii acima, para o qual, em 10 de junho de 2021, foi firmado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão da controlada MSVia. Baseado na cláusula nº 9 do Aditivo, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente sob o regime da Lei nº 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, na controlada, o valor de R\$ 1.446.285 foi reclassificado para o ativo financeiro os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como ativo imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefício econômico e depreciações pela vida útil à incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustado pela diferença de critério de amortização linear calculado na data-base destas demonstrações financeiras, ajuste de critério de capitalização de juros SELIC vs. TJLP, atualização do saldo pelo IPCA e a estimativa de excedente tarifário, ambos até 31 de dezembro de 2021. Essa transação gerou impacto no resultado de equivalência do investimento da Companhia na controlada MSVia no ano de 2021 no montante de R\$ 75.364.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		6.752	-	-	48	(5.821)	979
Máquinas e equipamentos		10.745	-	(11)	2.311	(12.086)	959
Veículos		994	-	(88)	-	(906)	-
Instalações e edificações		1.531	-	-	20	(1.551)	-
Sistemas operacionais		2.182	-	-	-	(24)	2.158
Imobilizações em andamento		274	2.056	-	(1.925)	(104)	301
Total custo		22.478	2.056	(99)	454	(20.492)	4.397
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(4.791)	(555)	-	-	4.633	(713)
Máquinas e equipamentos	18	(7.547)	(1.298)	10	-	8.166	(669)
Veículos	20	(659)	(118)	82	-	695	-
Instalações e edificações	10	(1.267)	(47)	-	-	1.314	-
Equipamentos operacionais	10	(1.339)	(218)	-	-	17	(1.540)
Total depreciação		(15.603)	(2.236)	92	-	14.825	(2.922)
Total geral		6.875	(180)	(7)	454	(5.667)	1.475

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		6.484	-	(42)	310	6.752
Máquinas e equipamentos		9.289	-	(9)	1.465	10.745
Veículos		1.030	-	(36)	-	994
Instalações e edificações		1.478	-	-	53	1.531
Sistemas operacionais		2.182	-	-	-	2.182
Imobilizações em andamento		1.072	590	-	(1.388)	274
Total custo		21.535	590	(87)	440	22.478
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(4.258)	(564)	31	-	(4.791)
Máquinas e equipamentos	17	(6.457)	(1.091)	1	-	(7.547)
Veículos	20	(572)	(123)	36	-	(659)
Instalações e edificações	10	(1.222)	(45)	-	-	(1.267)
Equipamentos operacionais	10	(1.121)	(218)	-	-	(1.339)
Total depreciação		(13.630)	(2.041)	68	-	(15.603)
Total geral		7.905	(1.451)	(19)	440	6.875

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Refere-se a transferência de acervo líquido (Engellog e Engellogtec) para a CCR S.A. decorrente da redução de capital da Companhia.

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direito de uso de sistemas informatizados		27.514	-	-	8.394	(35.891)	17
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		4.793	5.990	(59)	(8.848)	(1.470)	406
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados		8.023	-	-	-	(8.023)	-
Total custo		40.330	5.990	(59)	(454)	(45.384)	423
Valor de amortização							
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(19.401)	(4.392)	-	-	23.791	(2)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(7.750)	(235)	-	-	7.985	-
Total amortização		(27.151)	(4.627)	-	-	31.776	(2)
Total geral		13.179	1.363	(59)	(454)	(13.608)	421

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direito de uso de sistemas informatizados		22.728	-	-	4.786	27.514
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		4.871	5.149	(1)	(5.226)	4.793
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados		8.023	-	-	-	8.023
Total custo		35.622	5.149	(1)	(440)	40.330
Valor de amortização						
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(15.542)	(3.859)	-	-	(19.401)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(7.460)	(290)	-	-	(7.750)
Total amortização		(23.002)	(4.149)	-	-	(27.151)
Total intangível		12.620	1.000	(1)	(440)	13.179

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
 (b) Refere-se a transferência de acervo líquido (Engelog e Engelogtec) para a CCR S.A. decorrente da redução de capital da Companhia.

12. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020		2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Trabalhistas	82	611	(229)	(263)	4	205
	<u>82</u>	<u>611</u>	<u>(229)</u>	<u>(263)</u>	<u>4</u>	<u>205</u>

A Companhia possui outros riscos relativos as questões trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

	2021	2020
Trabalhistas	384	572

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Parcelas retidas nas aquisições de negócios

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Auto Viação 1001 Ltda. (a)	44.982	43.367
Rodomar Administração e Participações Ltda. (a)	<u>2.776</u>	<u>2.676</u>
	<u>47.758</u>	<u>46.043</u>

- (a) Os valores indicados referem-se a parcela retida do valor de compra da controlada Barcas que seria paga a cada vendedor, Auto Viação 1001 Ltda (75,35%) e Rodomar Participações Ltda (4,65%) em uma única parcela no ano de 2017, reajustado pelo percentual correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) da variação da taxa de juros SELIC, calculado pro rata dia no período da data base até a data do efetivo pagamento. A Companhia está em processo de negociação junto aos vendedores.

A Companhia reterá da parte retida do preço de compra devida aos vendedores, os valores relacionados ao ajuste por perdas incorridas aplicável aos vendedores, conforme procedimento de cálculo previsto em contrato, cláusula VIII.

“Obrigação de indenizar dos vendedores”: Os vendedores, individual e solidariamente, obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a qualquer tempo, defender, indenizar, reembolsar e a manter indenidos em relação a todas e quaisquer perdas incorridas pela compradora e/ou pelas partes indenizáveis da compradora, decorrentes:

- i. Do não cumprimento, parcial ou total, de qualquer avença ou obrigação dos vendedores nos termos do referido contrato, não sanada em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento de comunicação da compradora neste sentido;
- ii. De quaisquer responsabilidades, obrigações ou passivos, contingente ou absoluto, de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, civil, tributária, ambiental, securitária, financeira, previdenciária ou qualquer outra), da Companhia e/ou da ATP, cujo fato gerador seja anterior à data de fechamento, mesmo que materializadas posteriormente à data de fechamento.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é de R\$ 4.133.239, dividido em 4.512.783.870 ações nominativas, sendo 2.256.391.935 nominativas ordinárias e 2.256.391.935 nominativas preferenciais. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 3.950.154, dividido em 3.491.564.658 ações nominativas, sendo 1.745.782.329 nominativas ordinárias e 1.745.782.329 nominativas preferenciais.

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes movimentações de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia:

Em 13 de abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital da Companhia no valor total de R\$ 100.902, mediante a capitalização de créditos de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 52.610, capitalização de créditos de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 47.858 e aporte em moeda corrente de R\$ 434 pela acionista CIIS, integralizados pela acionista CIIS em 31 de agosto de 2021.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento de capital da Companhia no valor total de R\$ 1.317.000.

Em 23 de julho de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R\$ 705.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Em 28 de setembro de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R\$ 135.794, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Em 22 de outubro de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R\$ 476.206, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Em 04 de outubro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia no montante de até de R\$ 500.000, mediante a devolução do referido valor aos acionistas, com pagamento em moeda corrente, bens e/ou direitos. Entretanto, esta redução não foi efetuada, e, com base na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021, foi aprovada a redução de capital da Companhia no valor total de R\$ 826.751, com a absorção de prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2020.

Na mesma data foi aprovado ainda a redução de capital proposta em Assembleia Geral Extraordinária de 04 de outubro de 2021, no montante de R\$ 408.066, cujo pagamento correspondente foi realizado da seguinte forma: (i) R\$ 403.985 a acionista CCR, correspondente ao acervo líquido da Engelog e Engelogtec no montante de R\$ 6.527 e transferência de contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e Barcas no montante de R\$ 397.458; e (ii) R\$ 4.081 em moeda corrente nacional a acionista CHS, de acordo com sua participação, a serem pagos até 31 de janeiro de 2022.

As ações estão assim distribuídas:

Acionistas	Participação acionária	2021			Capital Social Integralizado
		Ações			
		Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações Integralizadas	
CCR S.A.	99,000%	2.233.828.016	2.233.828.016	4.467.656.032	4.091.907
CHS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	1,000%	22.563.919	22.563.919	45.127.838	41.332
Total		2.256.391.935	2.256.391.935	4.512.783.870	4.133.239

Acionistas	Participação acionária	2020			Capital Social Integralizado
		Ações			
		Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações Integralizadas	
CCR S.A.	99,000%	1.728.324.506	1.728.324.506	3.456.649.012	3.910.652
CHS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	1,000%	17.457.823	17.457.823	34.915.646	39.502
Total		1.745.782.329	1.745.782.329	3.491.564.658	3.950.154

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reserva de capital - transação com sócios

Em 05 de fevereiro de 2016, a CPC reconheceu o montante de R\$ 49.820, referente a opção de compra do terreno do projeto NASP. Em 30 de março de 2016, a CPC aportou referido terreno e respectivas obrigações na SPCP.

Em 30 de setembro de 2018 ocorreu ágio na aquisição de parcela de investimento da AERIS em 48403% no valor de R\$ 957.

Em 31 de março de 2020 ocorreu ágio na aquisição de parcela de investimento da ATP em 0,005% no valor de R\$ 1.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos pela companhia de seus acionistas, destinados a aumentar o capital social.

15. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas administrativas e de prestação de serviços de rodovias	<u>176.413</u>	<u>174.356</u>
Receita bruta	<u>176.413</u>	<u>174.356</u>
Impostos sobre receitas	<u>(18.583)</u>	<u>(18.477)</u>
Receita líquida operacional	<u>157.830</u>	<u>155.879</u>

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e arrendamentos mercantis	-	(13.203)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(8)	(11)
Impostos sobre remessa ao Exterior	(601)	(613)
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	(87)	(97)
Juros e variações monetárias sobre parcelas retidas nas aquisições de negócios	(3.859)	(3.821)
Comissões sobre fianças	(2.128)	(2.874)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.375)	(2.603)
	(8.058)	(23.222)
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	19.859	13.744
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.633	1.709
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	9	17
Juros e outras receitas financeiras	55	269
	21.556	15.739
Resultado financeiro líquido	13.498	(7.483)

17. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR possui um Comitê Financeiro de Resultado e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	6.572	-	-	109	-	-
Aplicações financeiras	159.643	-	-	15.964	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	24.893	-	-	31.073	-
Mútuos - partes relacionadas	-	2.080	-	-	292.323	-
Partes relacionadas - AFAC	-	10	-	-	171.200	-
Juros sobre o capital próprio	-	1.157	-	-	-	-
Passivos						
Fornecedores e outras obrigações	-	-	(886)	-	-	(3.752)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(4.180)	-	-	(4.721)
Parcelas retidas nas aquisições de negócios	-	-	(47.758)	-	-	(46.043)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	-	-	(43.357)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(52.610)
	<u>166.215</u>	<u>28.140</u>	<u>(52.824)</u>	<u>16.073</u>	<u>494.596</u>	<u>(150.483)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras obrigações, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, partes relacionadas – AFAC, mútuo – partes relacionadas, parcela retida nas aquisições de negócios e juros sobre o capital próprio** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: mútuos - partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas;

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Nível 2:		
Caixa e bancos	6.572	109
Aplicações financeiras	159.643	15.964

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	159.643	14.370	10.779	7.187
Total do efeito da ganho			14.370	10.779	7.187
Efeito sobre as aplicações financeiras			14.370	10.779	7.187
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:					
	CDI ⁽²⁾		9,15%	6,86%	4,58%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixas abaixo:

	2021	2020
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	6.881	-
Partes relacionadas - Ativo	32.490	-
Despesas antecipadas e outras	1.915	-
Fornecedores	(4.949)	-
Fornecedores - partes relacionadas	1.516	-
Impostos e contribuições a recolher	(764)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(38.818)	-
Outras contas a pagar	(57)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.786)	-
Variações dos fluxos de caixa de investimento		
Mútuos com partes relacionadas	390.577	-
Redução de capital em investidas	-	(1.304.579)
Aumento de capital em investidas	(171.200)	-
AFAC - partes relacionadas	171.200	-
Outros de ativo intangível	19.275	-
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	409.852	(1.304.579)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Debêntures	-	686.599
Juros sobre capital próprio	(52.610)	-
AFAC - partes relacionadas	(47.858)	-
Integralização de capital	100.468	-
Redução de capital	(408.066)	617.980
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(408.066)	1.304.579

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>AFAC</u>	<u>Capital social</u>	<u>Juros sobre capital próprio</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	43.357	3.950.154	52.610	3.993.511
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	249.139	-	-	249.139
Integralização de capital	-	1.317.434	-	1.317.434
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	249.139	1.317.434	-	1.566.573
Outras variações				
Juros sobre capital próprio	-	52.610	(52.610)	-
AFAC - partes relacionadas	(47.858)	47.858	-	-
Redução de capital	-	(1.234.817)	-	(1.234.817)
Total das outras variações	(47.858)	(1.134.349)	(52.610)	(1.234.817)
Saldo Final	<u>244.638</u>	<u>4.133.239</u>	<u>-</u>	<u>4.325.267</u>

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Eventos subsequentes

Em 03 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 39.823, para a investida Pampulha.

Em 07 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 60.000, para a investida MSVia.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 244.638 mediante a capitalização de créditos de AFAC.

Composição do Conselho de Administração

Marco Antonio Souza Cauduro	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Conselheiro

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Diretora

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3